

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2014**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 11.04.2014.

ABERTURA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Carrapatoso Oliveira, presidiu à sessão, que teve início às 14.30 horas, tendo a senhora Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho e Manuel Lino Pereira de Carvalho desempenhado, respetivamente, as funções de primeiro e segundo secretários.

PRESENCAS

José António Carrapatoso Oliveira, Presidente da Assembleia, André Luis Castilho Freire, Manuel Borges Teixeira, em substituição de Orlando Vítor Fernandes Nunes, Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, Maria, Fernando Manuel Cardoso de Sousa, António Manuel Ferreira Penela, Maria da Ascensão Bernardo Amaral, João Paulo Batalha Machado, Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Manuela Damiana dos Santos Almeida Guedes, Ilda Maria de Carvalho Pereira, em substituição de Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa, Ângelo manuel Mendes Moura, Manuel Lino Pereira de Carvalho, José Jorge dos Santos Tomé, Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Carlos Manuel Almeida Loureiro e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Britiande, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Secretário da Junta de Freguesia de Figueira, em substituição do seu Presidente, Lalim, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Secretário da Junta de Freguesia de Penajóia, em substituição do seu Presidente, Penude, Samodães, Sande, União das Freguesias de (Bigorne, Magueija e Pretarouca), Secretário da União das Freguesias (Cepões, Meijinhos e Melcões), em substituição do seu Presidente, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem), Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'El Rei.

AUSÊNCIAS

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Orlando Vítor Fernandes Nunes, Maria José Ferreira Teixeira, Maria Leonor Fernandes Pinto

Mendes da Costa, dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Figueira, Penajóia e da União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para um agradecimento especial à presença do senhor Major Manuel Lino Pereira de Carvalho na Mesa da Assembleia, que tem um significado muito particular, porque sendo ele um militar de Abril, com intervenção direta nos acontecimentos da Revolução do 25 de Abril, constitui um privilégio tê-lo como Secretário da Mesa.

De seguida leu uma carta da Comissão Administrativa do Sporting Clube de Lamego, que se transcreve na íntegra:

“O Sporting Clube de Lamego, fundado em 14.06.1934, no corrente ano vai comemorar o 80.º aniversário, coincidindo com um dos momentos mais dramáticos da sua vida.

Esta comissão tomou posse em setembro de 2012, com o principal objetivo de impedir a insolvência do clube, uma vez que as dívidas existentes, eram demasiadamente avultadas, que após o levantamento das mesmas, ascendiam a 118.000,00€.

Conseguimos chegar a acordo com os principais credores, e temos vindo a cumprir, com os planos acordados, bem como temos pago com muitas dificuldades das despesas correntes do clube.

Este trabalho árduo, ainda não se encontra concluído, estimamos que demorará ainda mais dois anos a reforma financeira do clube, contudo, podemos concluir que conseguimos recuperar a confiança das pessoas no SCL, que já não existia. Um dos pilares da nossa intervenção, foi a aposta nos atletas provenientes da excelente formação que existe em Lamego, sendo que o nosso plantel sénior é composto exclusivamente em atletas lamecenses.

Atualmente, temos nas nossas fileiras 143 atletas, sendo 85 atletas nas escolas de futsal, 24 juniores na modalidade de futebol 11, e dois escalões seniores, um no futsal, que compete no campeonato da 3.ª divisão nacional, e um outro no futebol 11, ambos com 17 atletas cada.

Neste sentido, e porque toda a ajuda é pouca para fazer chegar a bom porto o enorme barco de dificuldades que temos em mãos, pedindo desde já, e com toda a humildade as vossas desculpas por nos dirigimos a esta tão digna Assembleia e por este meio, a vossa excelência o favor de ler esta premissa na próxima reunião do órgão a que preside, solicitando a todos os senhores deputados municipais, que entendam ter esse gesto nobre, de contribuir com o valor da senha de presença dessa sessão a favor do Sporting Clube de Lamego, com a certeza da nossa inteira disponibilidade, para aqui

virnos prestar contas da gestão desta Comissão Administrativa, na data que Vossas Excelências entenderem.

Certos do melhor acolhimento, da absoluta compreensão e colaboração de todos os ilustres deputados municipais, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.”

Tomou a palavra o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, para dizer que considera este tipo de proposta muito personalizada, ou seja, é dirigida a cada um dos membros. Da sua parte a sua senha será doada ao Sporting Clube de Lamego.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Cónego Dr. Rui Botelho, que foi um ilustre lamecense, que mereceu, por parte da Câmara Municipal de Lamego, da aprovação de um Louvor e da Medalha de Mérito Municipal. Propõe, em nome da mesa da Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pela sua morte, que deixa naturalmente à consideração de todos os membros da Assembleia.

Interveio o senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** para, em seu nome e da coligação “Todos Juntos Por Lamego” subscrever, o Voto de pesar apresentado.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido Voto de Pesar, que foi aprovado por unanimidade.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lalim** dizendo que, no dia 4 de março, tomou conhecimento, através duma funcionária da Junta, que os médicos que prestavam serviço na Extensão de Saúde de Lalim deixaram de o fazer. De imediato, contactou o Centro de Saúde de Lamego, que lhe confirmou esse facto, alegando falta de médicos. No dia seguinte contactou o senhor Presidente da Câmara solicitando a sua intervenção. O senhor Presidente da Câmara disse ser já sabedor do assunto e que, inclusive, já havia solicitado uma reunião com o senhor Dr. Simões de Carvalho e, posteriormente, lhe transmitiria a resultado da mesma. Desde então falou diversas vezes com o senhor Vice-Presidente da Câmara, Eng.º José Pereira, que foi a pessoa que esteve na reunião, que lhe foi transmitindo os desenvolvimentos, nomeadamente, que estariam a ser contratados dois médicos novos e que, em princípio, até ao final de abril, a situação deveria estar resolvida, o que vai de encontro ao e-mail que lhe reencaminhou o senhor Vice-Presidente, no dia 20 de março, enviado pelo senhor Coordenador dos ACES.

Entretanto, como a situação permanece sem resolução, já enviou, em 16 de Abril, outro e-mail ao senhor Coordenador do ACES, perguntando se já tinha mais alguma informação sobre o assunto, mas, infelizmente, não obteve resposta.

Assim, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse-lhe que a população de Lalim, à semelhança da população desta região, é uma população envelhecida, com dificuldades de mobilidade, com muitas carências económicas e que, infelizmente,

dependem de médicos para garantir uma qualidade de vida razoável. Daí vir aqui hoje perguntar ao senhor Presidente da Câmara, se já sabe se a extensão de Saúde de Lalim vai voltar a abrir e quando, fazendo um apelo a todos os membros desta Assembleia para ajudarem, na medida do possível, não só os Lalinenses, mas a população das freguesias do Concelho de Lamego, neste problema, que é o da assistência médica de proximidade das populações.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** dizendo ser uma enorme preocupação a questão dos serviços de saúde, no que concerne aos recursos médicos, que possam servir toda a população. Servir a população nos locais, onde em termos de extensões de saúde, ainda é justificável que haja atendimento médico. Afirmou que o problema que se coloca é o mesmo que já aconteceu noutros locais, nomeadamente em Magueija e Lazarim, tem a ver com a reforma de médicos e com a incapacidade dos serviços recrutarem novos médicos para preencherem essas vagas. A informação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lalim aqui trouxe é correta. O Agrupamento de Centros de Saúde do Douro Sul fez recentemente a admissão de dois médicos que terminaram o internato da especialidade, que foram contratados, de medicina familiar e dois médicos de saúde pública. Esperava que fosse um desses médicos que fosse ocorrer às necessidades das populações de Britiande e de Lalim, que são as extensões em causa. Infelizmente, não foi possível fazer isso, pois os médicos foram afetos ao Centro de Saúde, que, neste momento, está carenciado de médicos. Mas informou que ficou acordado que iria um médico espanhol, que está há muitos anos em Portugal, com longa experiência de serviço no Agrupamento de Centros de Saúde do Douro Sul, para Britiande. Até lá, que a senhora Dra. Maria da Luz iria a Britiande e a Lalim, cobrindo o ficheiro que tinha com ela. Mas, até hoje, também isso não sucedeu. Admite que o facto do senhor Dr. Simões de Carvalho, estar demissionário, e o ACES não ter Diretor Executivo, causa dificuldades. Já fez junto da Administração Regional de Saúde diligências para tentar resolver o assunto.

Informou que houve uma reunião com todos os Presidentes de Câmara do Douro Sul, onde foi mandatado o senhor Presidente do Conselho da Comunidade, que é o Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, para diligenciar a urgente substituição do Diretor Executivo, repondo a estrutura diretiva do ACES, para que, rapidamente, se reponha a situação de normalidade de funcionamento.

Disse já ter pedido ao Diretor Clínico, Dr. Amadeu Duarte, uma reunião para esclarecer a demora em se encontrar uma solução. Se há dois médicos disponíveis para se deslocarem a Britiande e a Lalim, porque não foi já tomada essa decisão, parecendo-lhe tratar-se apenas dum problema burocrático ou eventualmente, de falta

de capacidade de decisão momentânea do ACES, para resolver este assunto. A ausência do Diretor Executivo, torna o processo interno de decisão mais complicado.

Vai continuar a acompanhar este assunto e tomará as medidas necessárias, não prevendo decisão para os próximos dias. Irá subir o patamar e, com o senhor Secretário de Estado e o senhor Ministro da Saúde, encontrar-se-á uma solução para a falta de médicos em Britiande e Lalim.

Informou que, no passado dia 16 de abril, reuniu com o senhor Secretário de Estado e o senhor Ministro da Saúde, sentiu que têm muita vontade de resolver todos os problemas e de investir nos cuidados primários de saúde. Foi informado pelo senhor Ministro da Saúde que, desde janeiro, foram recrutados 1700 médicos para o Serviço Nacional de Saúde. Ele foi claro, dizendo que todos os médicos de Medicina Geral e Familiar que estejam disponíveis, serão contratados, havendo um conjunto de especialidades prioritários que o Serviço Nacional de Saúde também recrutará. Não é por falta de vontade do governo que este problema não se resolve, poderá ser por falta de decisão das estruturas intermédias, ou, no limite, por falta de médicos, por ausência total de recursos disponíveis, mas se isso acontecer, haverá, seguramente, alternativas que serão estudadas com o ACES e com as Juntas de Freguesias.

Interveio o **senhor Ângelo Manuel Mendes Moura** para, sem fazer aproveitamento partidário, dizer que há uma temática que deve merecer a reflexão de todos, que tem a ver com a delegação de competências a favor da União de Freguesias (Bigorne Magueija e Pretarouca). Disse que é lamentável a atitude do senhor Presidente da Câmara. Na última sessão da Assembleia Municipal, o grupo municipal do partido Socialista apelou ao diálogo, apelou aos membros da Assembleia Municipal, para ultrapassar esta questão; estava com expectativa de que nesta sessão da Assembleia, tal como tinha sido prometido pelo senhor Presidente da Câmara, deu essa indicação, traria a esta sessão para aprovação do acordo de execução da delegação de competências para a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, mas esta matéria não consta da ordem de trabalhos. Lamentavelmente verificou que na última reunião do executivo, esta matéria constava da ordem de trabalhos, mas foi retirado. Apenas uma pessoa, com competência para tal, independentemente da discussão legal do exercício dessa competência, poderia ter retirado este assunto da ordem de trabalhos. Isto significa que, na prática, a União de freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca vai continuar a exercer as suas competências e as suas funções, mas continua sem meios, pelo menos até junho, considerando a boa vontade do senhor Presidente da Câmara na próxima sessão da Assembleia Municipal. Como sabem estas matérias estão consagradas, não dependem da boa, ou má vontade de

cada um, muito menos do senhor Presidente da Câmara. Estava na expectativa de, até à última hora, que alguma coisa fosse transmitida relativamente a esta questão.

Assim, teve que, rapidamente, elaborar uma moção, que vai ler na íntegra, despida de qualquer aproveitamento político/partidário, apelando ao bom senso, com uma recomendação ao executivo para que rapidamente faça o acordo de execução de competências. Afirmou que a Câmara continua a invocar que, da parte da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca não há acordo quanto à distribuição dos espaços que são da competência da Câmara Municipal, sobre os quais a Junta de Freguesia não é tida nem achada. Reforçou que a gestão dos espaços municipais é da competência da Câmara Municipal e do seu Presidente, que deles disporá a seu belo prazer. Disse que esta argumentação continua a ser usada erradamente para asfixiar a União de Freguesia de Bigorne, Magueija e Pretarouca. Reforçou que é lamentável que se continue com esta atitude persecutória, que o grupo municipal do partido Socialista, não pode admitir.

Esclareceu que na última sessão da Assembleia Municipal, os membros eleitos diretos saíram, não por falta de coragem de a votar, mas porque quiseram ser solidários com os senhores Presidentes de Junta que viram os seus acordos de execução aprovados e, portanto, em relação a eles, não poderiam tomar uma atitude que inviabilizasse o desempenho das suas funções, mas, por outro lado, não podiam pactuar com o facto de ter havido uma atitude discricionária, que deixou uma Junta de Freguesia de fora, fosse ela gerida por quem quer que fosse e qualquer partido que esteja à frente dessa Junta de Freguesia. A atitude do grupo municipal do partido Socialista seria a mesma. De seguida, passou a ler a moção que subscreveu, em nome do grupo municipal do partido Socialista, que se transcreve na íntegra:

Moção

“Considerando que na última sessão da Assembleia Municipal foi aprovada a minuta dos acordos de execução de delegação legal de competências nas Juntas de Freguesia do Município de Lamego com a exceção da União de Freguesia de Bigorne, Magueija e Pretarouca;

Considerando que não foi dada qualquer explicação ou fundamento legal para que tal acontecesse;

Considerando que na última reunião de Câmara, que precedeu a presente sessão da Assembleia Municipal, foi retirado da ordem do dia a discussão de delegação de competências para aquela freguesia;

Considerando que tal atitude por parte do senhor Presidente da Câmara de Lamego não tem suporte legal ou fundamento;

A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal para que aprove, no mais breve espaço de tempo, o acordo de execução de delegação de competências para a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca”.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que, obviamente, terá que colocar à votação a admissão da moção para ser discutida.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para que, independentemente da questão regimental, pedir a palavra em defesa da honra, uma vez que, foi acusado de ter uma atitude discricionária e de discriminação numa freguesia, sem suporte legal.

Usou da palavra o senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** para dizer que o grupo municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, não se opõe que seja submetida à discussão a moção/recomendação, apresentada pela grupo municipal do partido Socialista, até porque quer ouvir os argumentos do senhor presidente da Câmara. Afirmou que depois da discussão optará por uma votação, independentemente de não constar no regimento desta Assembleia.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que no “Período Antes da Ordem do Dia não há uma definição exata para que uma Moção tenha entrada imediata. Contudo, vai-se discutir a moção apresentada pelo senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, mas dá a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da honra. Afirmou que lamenta atitudes e linguagem de menor elevação nas sessões, mas, quando se afirma que alguém discriminou outrem, se esse alguém sente ser uma falsidade, considera que há razão para a defesa da sua honra.

Tomou a palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para dizer que o direito de apresentar moções é um direito que qualquer membro da Assembleia tem e que sempre foi usado no período “Antes da Ordem do Dia”, da mesma maneira como foi apresentado o voto de pesar que foi subscrito, sem qualquer discussão. Assim, com o devido respeito, não entende a atitude da mesa, muito menos quando é feita uma apreciação política, à qual o senhor Presidente da Câmara poderá discordar e apresentará a sua argumentação na resposta à moção, que nos termos regimentais tem direito. Não pode, de facto, permitir que seja usado esse direito defesa da honra. Porque usar-se-ia o direito de defesa da honra por tudo e por nada. A defesa da honra está consagrada em termos regimentais. Disse que neste caso, apenas fez uma apreciação política à atitude do senhor Presidente da Câmara.

Reforçou que admitindo o voto de protesto acerca desta matéria, será abrir um precedente extremamente grave, que irá permitir, que a qualquer momento, todos os membros da Assembleia tenham honra do tamanho do “umbigo do mundo”

Tomou a palavra o senhor **Constantino José da Costa Vaz** para recordar, em relação à defesa de honra, que na última sessão da Assembleia Municipal, por ter afirmado ou

ter dito que o senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro estava a exercer pressão sobre a Assembleia, este também veio em defesa honra. Quanto à questão do senhor Presidente da Câmara, que não há problema com a sua defesa da honra, pois a coligação “Todos Juntos Por Lamego” já pediu a sua intervenção sobre a referida moção.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que prescinde do pedido que fez, relativo à defesa da sua honra.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, para fazer um reparo, de forma geral, porque tem assistido a pedidos defesa da honra, por banalidades.

Interveio o senhor **João Paulo Batalha Machado** para dizer que, relativamente à moção que o grupo municipal do partido Socialista apresentou, há que reforçar duas ou três situações: Embora o senhor Presidente da Câmara na sua informação fale de uma reunião com as Juntas de Freguesias, contudo, nada é dito quanto à resolução ou conclusões finais dessa reunião. Afirmou que a moção tem toda a razão para ser apresentada neste momento, porque não está a ver a Câmara Municipal fazer o protocolo de execução com a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, nem está a ver que haja consenso; então deverá ser a Câmara Municipal a fazer aquilo que não quer que a Junta faça. Afirmou que se está aqui perante uma demissão por parte da Câmara, que não faz, nem deixa fazer. Pensa que há, por parte do senhor Presidente da Câmara ou dos senhores vereadores com pelouros, um ressentimento por terem perdido as eleições naquela União de Freguesias. Em democracia, atitudes destas não podem acontecer, pois o senhor Presidente da Câmara e o senhor presidente da Junta foram ambos legitimamente eleitos. Se a Câmara não faz os acordos de execução com a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, terá que a Câmara ir fazer o que a Junta não pode fazer.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer, que voltando à moção, disse que o novo regimento é omissivo quanto às moções e que cabe à mesa o recurso à Assembleia para interpretar o regimento e integrar as suas colunas. Neste regimento, não está contemplada a discussão de moções, sem recurso à Assembleia, sendo que o anterior regimento previa essa possibilidade.

Interveio a senhora **Maria da Ascensão Bernardo Amaral** dizendo que desconhece os motivos que levaram a Câmara a tomar esta atitude. Só o senhor Presidente da Câmara sabe os fundamentos para tal atitude, que serão certamente válidos. Não está a imaginar tomar uma qualquer atitude sem fundamentos válidos, mas este assunto deve ser discutido em sede própria, e não aqui.

Usou da palavra o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, afirmando-se estupefacto com as afirmações que a senhora Maria da Ascensão Bernardo Amaral

acabou de fazer. Em democracia, onde o princípio sagrado da transparência e da fundamentação legal em relação àquilo que são as decisões, os procedimentos e as deliberações de um titular, individual ou coletivo, são agora substituídos por princípios de critérios abstratos, de boa-fé, admitindo-se que haverá razões, sem que elas sejam apresentadas. Isso tem a ver com o espírito e o princípio da democracia em Portugal, mas os atos têm que ser devidamente fundamentados e devidamente justificados e apresentados às pessoas. Portanto se há alguma atitude que se tome, sem dar esse conhecimento, sem submeter ao crivo da fundamentação legal e da transparência democrática é matéria que não faz parte do espírito e do pensamento do direito democrático.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que esclareça a Assembleia Municipal dos fundamentos que o levaram a tomar a posição que todos conhecem. Está aqui para ser esclarecido, e, por isso, pede ao senhor Presidente da Câmara para esclarecer o plenário.

Usou da palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca** para dizer, que teve azar, pois foi a primeira vez que entrou na política, concorrendo pelo partido Socialista. Disse que é inexperiente em política, mas vai aprendendo todos os dias, com as lições que vai recebendo e com o ensinamento de todos, que agradece. Está numa situação de que, se calhar, até tem alguma culpa, mas não cometeu dolosamente qualquer ato ilícito. Respondendo à senhora Maria da Ascensão Bernardo Amaral, quando diz desconhecer os fundamentos para o senhor Presidente da Câmara ter procedido aos cortes de verbas à União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, e a respetiva atribuição de competências, disse que foi acusado de ter mudado as fechaduras das Escolas Primárias do Cabeço e de Magueijinha. Repete que não é verdade. Posteriormente, já lá foram pessoas, da confiança do senhor Presidente da Câmara, para verificarem o recheio que estava nas escolas, e quem as abriu foi a senhora D.^a Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, para após verificaram o recheio, foram as portas novamente encerradas pela mesma senhora, que ficou com as chaves. Assim deve ser reposta a verdade, sendo que a argumentação do senhor Presidente não corresponde à verdade total. Provavelmente o senhor Presidente da Câmara não foi devidamente informado, sobre o que, de facto, se passou, pois conhecendo ele, como conhece, o senhor Presidente da Câmara, não tomaria esta atitude tão drástica contra a sua União de Freguesias. Até porque as pessoas da sua freguesia votaram no senhor Eng.^o Francisco Lopes para Presidente da Câmara e nele para Presidente da União de Freguesias. Acredita que, em nome dessas pessoas, da sua bondade e da sua inexperiência política, se devia desbloquear este problema, criado, provavelmente,

com um mal-entendido. Deseja que tudo fique normalizado, para que não se ande aqui com quezílias, que já se arrastam há demasiado tempo.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões**, dizendo que os Presidentes de Junta querem ser esclarecidos. Salientou que o Presidente de Junta gere a freguesia, não pode gerir todos os edifícios, sendo alguns edifícios da Câmara Municipal. Fala por si, pois na sua freguesia não tem a gestão das escolas. Os Presidentes de Junta querem saber se a moção apresentada pelo partido Socialista, pretende que seja atribuído o acordo de execução ou ter as verbas para a limpeza de valetas e outros pagamentos, ou então, se é para a gestão dos edifícios. O senhor Presidente da Câmara é que sabe o que tem que ser feito, sabendo que quem faz a gestão dos edifícios é a Câmara, que os entrega a quem entender. Os Presidentes de Junta de Freguesia já disseram ao senhor Presidente da Câmara, que devem ser dadas as verbas atribuídas à União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que este assunto já foi discutido, e, em relação ao suporte legal da sua decisão, disse ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, que antes de qualquer lei, há as pessoas com as suas convicções, com a sua palavra, com confiança que é exigida a quem assina um contrato. Um acordo é um documento de princípios, de compromissos entre duas partes, que exige confiança. Apesar da "*mea culpa*" que o senhor Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca aqui fez, revelando mais bom senso que os senhores vereadores e membros da Assembleia do partido Socialista, em relação ao ocorrido. Mas, apesar disso considera que houve violação do princípio da confiança e da boa-fé que presidiu à assinatura do acordo por delegação de competências. O que está em causa não é o acordo, mas a cedência de instalações a uma dada associação. Em relação ao acordo, disse que levou à última reunião da Câmara, manifestando aqui a vontade de assinar o acordo de delegação de competências ou acordo de execução. Apelou aos membros da Assembleia para aprovarem a moção aqui proposta, até porque essa é a sua vontade. Mas não foi a vontade dos senhores vereadores do partido Socialista, não é a vontade, aparentemente, dos membros do grupo municipal do partido Socialista, pois querem transformar esta situação num problema político, que não o é. Perguntou se os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia de Penude, Samodães ou da Penajóia, Juntas de Freguesia do partido Socialista, se queixam de alguma discriminação por parte da Câmara Municipal. Então porque haveria de discriminar politicamente o senhor Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, se não discrimina as outras .

Afirmou que o que está aqui em causa é diferente, e o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura disse e muito bem, que, quem tem competência para gerir os equipamentos

municipais é a Câmara, mas o que se está a tentar impor à Câmara é uma distribuição de equipamentos da localidade de Magueija, em favor duma associação de que o senhor Presidente da Junta é também Presidente, que é uma associação que visa, apenas, prejudicar outras associações que já estão no terreno, levando para o debate político um conjunto de rivalidades locais, de problemas familiares, de problemas político/partidários que não têm nada a ver com o que se está a discutir.

Afirmou ainda que está disponível para encontrar uma solução e, para ela, foi fazendo propostas, que parece que não são levadas a sério, pois quando propõe dar uma sala, querem duas, quando concorda dar duas, querem a escola toda, depois quando der a escola querem duas escolas, isso não pode aceitar. É só isso que está em causa. Se fosse discutir o acordo como estava, já disse ao senhor Presidente da Junta que ele devia ter dado as chaves do portão, as chaves que mudou, era o primeiro passo para resolver o problema. Não basta o senhor Presidente da Junta fazer "*mea culpa*".

Informou que fez até pior, em termos de delegação de competências, a outros Presidentes de Junta da coligação "Todos Juntos Por Lamego"; não é a cor partidária que está em causa, mas o comportamento das pessoas, o relacionamento e a comunhão de objetivos quando se faz um acordo de delegação de competências.

Se levou o acordo à reunião de Câmara era para ser aprovado e vir à aprovação desta Assembleia Municipal. Os senhores vereadores do partido Socialista entenderam que não havia condições para aprovar a distribuição de salas, por isso retirou a proposta, porque disse que seriam decididas em simultâneo, uma é indissociável da outra. Só por isso retirou a proposta.

Usou da palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para dizer que subscreve a última intervenção do senhor Presidente da Câmara. A moção que apresentou é uma recomendação ao executivo, nomeadamente ao senhor Presidente da Câmara para aprovar o acordo de delegação de competências para a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, tal como fez com as restantes freguesias. No acordo com as restantes Juntas não vem lá nada sobre a cedência de instalações. Não há aqui qualquer dúvida, o partido Socialista tem tratado esta temática de forma correta. O que o partido Socialista exige, não porque a Junta de Freguesia é do partido Socialista, procedia da mesma forma, com qualquer outra Junta de Freguesia ou outro Presidente de Junta, é que não haja discriminação, pois as restantes freguesias viram os seus acordos aprovados. É uma questão legal, nos termos do artigo 132.º da Lei n.º 75. Portanto, o que se pede, é exatamente isso, congratula-se com o senhor presidente da Câmara, com as suas declarações, ao aderir à proposta do partido Socialista, que espera ver aprovada por unanimidade, e que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, o senhor Presidente traga o acordo de execução para

aprovação neste órgão. Disse que outra coisa é a cedência das instalações, que o senhor Presidente da Câmara tem todo o poder para distribuir, como muito bem entender, e que a Assembleia Municipal tem de confiar.

Disse que o partido Socialista usou o direito de apresentação da moção, não obstante o anterior regimento, nessa matéria, ser muito mais completo, que permitia uma gestão mais correta dos trabalhos, sendo mais prático do que este que está em vigor. Já o tinha dito quando da reunião preparatória que levou à aprovação deste regimento. Mas nos termos do artigo 28.º alínea e) e artigo 61.º, número 1, alínea g) é dado o direito a qualquer membro da Assembleia apresentar requerimentos, moções ou qualquer outro documento e, é, no exercício dessa competência, que o está a fazer.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, pois crê não ter ficado compreendida a ligação entre o protocolo de delegação e o exercício de competências e a matéria da distribuição das instalações pelas associações. Se no âmbito do protocolo de delegação de competências, a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca tinha a gestão do parque escolar, afirmou ser isto que motiva a intervenção do senhor Presidente da Junta na restrição do acesso às outras associações, a quem a Câmara facultou o uso das instalações. O que não acontecerá se não houver contrato de execução; estas duas situações são absolutamente indissociáveis. Ou seja, ou há um acordo sobre a utilização das instalações, para que a União de Freguesias de Magueija, Bigorne e Pretarouca e o seu Presidente da Junta saiba qual é o seu limite, ou então, vai-se ter sempre um litígio potencial entre alguém que tem poder da Câmara para fazer uma gestão difusa das instalações e outrem, que tem uma delegação específica ou autorização específica para utilizar o espaço. Esta é a questão. Tudo está sob a responsabilidade da Câmara e não da Junta.

Tomou a palavra o senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** para, depois da intervenção do senhor Presidente, dizer que todos ficaram esclarecidos. Aproveitou a oportunidade para pedir ao Presidente da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, no sentido de ser, efetivamente, Presidente, não dando ouvidos a maus conselheiros. O que está aqui em causa é a assinatura dum protocolo, que o senhor Presidente da Câmara, já o disse aqui, quer assinar, o que implica que a coligação vai votar favoravelmente a moção. Entende que o senhor Presidente está disposto a assinar o protocolo. A gestão de equipamentos que sempre foi do Município, motiva o desencontro entre uma Associação já existente e o atual Presidente da Junta.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, informando que vai colocar à votação a moção apresentada pelo Senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, em nome

do grupo municipal do partido Socialista. Disse que todos os membros presentes têm presente o teor da referida moção.

Deliberação: Colocada à votação foi Aprovada por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

01- ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e catorze, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os Membros.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade.

02- ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE MARÇO DE 2014

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de vinte e oito de março de dois mil e catorze, cuja leitura foi dispensada, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os Membros.

Deliberado: Aprovada, por maioria, com trinta e seis votos a favor e uma abstenção, esta por não ter estado presente na referida sessão.

03 - ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que a informação que apresenta à Assembleia está escrita, clara e concisa. No entanto, salientou a reunião efetuada com as Juntas de Freguesia, para análise das novas competências que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei que traz para as freguesias um novo regime legal de relacionamento entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias.

Acrescentou, para além da informação completa prestada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Luís Carlos Pereira da Silva, num animado debate que decorreu após essa apresentação.

Salientou o conjunto de iniciativas normais que já vêm fazendo parte do calendário cultural de Lamego, como a homenagem ao Professor Fernando Marado; prémio Almeida Fernandes, onde o lamecense Paulo Barradas foi distinguido com uma menção honrosa; as reuniões habituais da CIM DOURO; a sua participação no Comité das Regiões em representação dos Municípios Portugueses; a exposição de Gonçalo Malonda, um artista moçambicano.

Referiu ainda, a presença dos quinze maiores museus em Lamego, no Teatro Ribeiro Conceição; a inauguração da sede para a Autoridade para as Condições do Trabalho,

um esforço grande que a Câmara fez, para garantir que os serviços da Administração Central continuem no Concelho de Lamego, servindo toda a região do Douro Sul.

Destacou, também, a reunião que teve na semana passada na Digest, onde se falou sobre o encerramento dos jardins-de-infância. Informou que é intenção do governo, seguindo um despacho de 2010, ainda do governo socialista, não quer politizar esta questão, encerrar todos os jardins-de-infância que tenham menos de 20 alunos. Disse que encerrarão, praticamente todos, se bem que esta questão foi contestada, alegando-se que a carta educativa estava prevista para ter quatro centos escolares, mais a escola de Cambres, enquanto tivesse alunos e os jardins-de-infância, em regime de proximidade. Sendo que a Câmara entende que o jardim-de-infância, em regime de proximidade, desde que tenha dez ou mais alunos, tem condições para funcionar. Isto tem sido feito até hoje, encerrou-se Lazarim e Várzea de Abrunhais, quando tinham bastante menos de dez alunos. Não aceitará o encerramento de jardins-de-infância que tenham dez, doze ou catorze alunos. Foi garantido pelos senhores Presidentes de Junta, pelo menos catorze inscrições, com exceção de Magueija, que tem um número de alunos aquém do limite estabelecido de dez alunos, pelo que será muito difícil justificar a continuidade desse jardim-de-infância, sendo as crianças transportadas para o centro escolar Lamego Sul.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** dizendo que quanto à questão dos jardins-de-infância, está de acordo. O grupo municipal do partido Socialista está nesta Assembleia em defesa das populações do Município e não ao serviço do partido. Afirmou que acompanhou, em 2010, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, que era do partido Socialista, para manter abertas a escola e o jardim-de-infância, aquando do encerramento em 2010, mas, se fosse de outra cor política, faria a mesma coisa. Afirmou que se este governo não concordasse com este despacho publicado pelo governo socialista, deveria revogá-lo, como fez com outros que eram úteis aos lamecenses e aos portugueses. Sobre esta questão o grupo municipal do partido Socialista está com o senhor Presidente da Câmara na luta que entender.

Disse que se pretende transformar este País, igualando aquela paisagem que vê desde Salamanca a Madrid, pois andam-se 150km, encontram-se aldeias e vilas, algumas quase com a dimensão de Lamego, completamente abandonadas, apenas com casas erguidas e não se vendo uma única pessoa.

De seguida disse que o grupo municipal do partido Socialista se congratula com a informação da adjudicação da empreitada da requalificação do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios. O grupo municipal do partido Socialista regozija-se com tal empreitada, pois o Escadório de Nossa Senhora dos Remédios é o ex-libris da cidade de Lamego. Quem passeia à noite na Av. Dr. Alfredo de Sousa, não pode deixar de

reparar que aquele espaço fica embelezado, não havendo adjetivos para o classificar. Mas o partido Socialista não se pode congratular com a obra ao lado do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios, ou seja o Pavilhão Multiusos. Afirmou que há alguns anos foi ali feito um evento, pelo Clube Automóvel de Lamego. Desde então o Pavilhão Multiusos continua na mesma, não está ao serviço das associações. Disse que não é um problema estrutural, pois a obra não está acabada, mas aparece agora aquele muro demasiado alto, inestético, e, se confronta o senhor Presidente da Câmara já sabe que a resposta é que já estava em projeto. Efetivamente, na maquete exposta no átrio desta Câmara, verifica-se a existência do muro, pensando que não será o muro das lamentações. No projeto e na maquete até seria compreensível e aceitável, percebe-se. Mas pergunta porque não foi edificado há mais tempo. Não há nenhum lamecense, a não ser os que, por obrigação, votam na coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que não ache que aquela obra não seja uma vergonha. O grupo municipal do partido Socialista gostaria de saber quando estará a obra concluída, gostaria de saber o que é se passa com a tal correção dos defeitos na obra do Pavilhão Multiusos, Disse que iria elaborar um requerimento por escrito, que irá endereçar ao senhor Presidente da Assembleia, para desenvolver as melhores diligências junto do senhor Presidente, também Presidente da Lamego ConVida, no sentido de fornecer ao grupo municipal do partido Socialista o contrato de adjudicação da obra, cópia do relatório da narração dos defeitos apresentados chamado consórcio. Questiona ainda o senhor Presidente da Câmara se está a pensar, ou não, em repensar a forma de afluência do trânsito da Rotunda do Soldado Desconhecido, e abri-la, pelo menos, num sentido, pois quem necessita de se deslocar na cidade, e tem que passar pelo centro do Eixo Barroco, vê a vida dos automobilistas transformada num autêntico inferno a qualquer hora do dia e, em especial aos fins-de-semana e feriados. A cidade de Lamego, caracterizava-se pela qualidade de vida que proporcionava aos lamecenses, razão pela qual decidiu fixar residência em Lamego. Ora, isto é cada vez mais difícil e, por este andar, a gestão e as opções do senhor Presidente da Câmara vão transformar o Eixo Barroco, num autêntico deserto. E não está a falar de contingências das obras, estas justificáveis, fala como vai ficar, em termos de fluidez de trânsito rodoviário, para o futuro, pois a cidade está, pura e simplesmente, “*incirculável*”. Por isso pergunta ao senhor Presidente da Câmara, se, com a equipa de técnicos, vai equacionar a solução para resolver o trânsito.

O senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para responder ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura. No que se refere ao Pavilhão Multiusos, disse que, como vai fazer a pergunta por escrito, responder-lhe-á também por escrito, sendo que já aqui esclareceu, de forma clara e transparente, a substituição da cobertura e demais

trabalhos da obra do Pavilhão, continuando a não perceber a dúvida dos membros do grupo municipal do partido Socialista. Já em relação à construção do muro, que está a ser feito no Largo da Feira, ele está, de facto, na maquete, foi previsto desde o início, pode ser discutido por toda a gente, mas o mesmo corresponde a um conceito arquitetónico pensado e enquadrado para aquele espaço.

Quanto ao trânsito no Soldado Desconhecido, disse que hoje foi almoçar a um restaurante na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, com os Presidentes de Câmara de Armamar e Tabuaço, que estão a participar na Assembleia-Geral da Beira Douro e da Associação de Municípios do Douro Sul, onde estão os senhores Vice-Presidente da Câmara e Vereador Jorge Osório, justificando assim as suas ausências nesta sessão da Assembleia Municipal. Dizia que foram almoçar à Avenida, estacionaram as viaturas, deram a volta à Avenida e vieram para a parte alta da cidade sem problemas. Já, de manhã, tinha passado naquela zona de manhã, fazendo parte daquele fluxo de trânsito, mas não tinha nada que ir à Avenida 5 de Outubro, devia ir em frente, em direção ao Pingo Doce e já estava na parte alta da cidade. A sua resposta é que deu aos jovens que participaram, hoje, na Assembleia Municipal do Futuro, isto é, que a opção da requalificação do Eixo Barroco, era o confronto entre as pessoas e os automóveis, sendo a opção da Câmara pelas pessoas. Os automóveis têm outras estradas, outros caminhos e outros percursos para fazerem. À Avenida só deve ir quem for passear, confraternizar, comprar, consumir e visitar ou tiver algo para ir lá. Quem estiver só de passagem não deve ir aquele espaço, tem que escolher vias alternativas. Disse que o Eixo Barroco é um eixo da maior importância patrimonial, da maior importância para as vivências locais, que vai desde a porta do Museu à porta da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, que deve ser vivido e fruído a pé e não de automóvel. Portanto não haverá alteração de circulação de trânsito na Rotunda.

Deliberado: A Assembleia tomou conhecimento.

04 - ASSUNTO: LISTA DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2014

Presente à sessão da Assembleia Municipal, para conhecimento, e no seguimento da deliberação Assembleia Municipal de Lamego efetuada na sua sessão ordinária, realizada no dia 12 de Dezembro de 2013, que aprovou a “autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal”, a listagem com os compromissos plurianuais assumidos no período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2014, devendo ser remetido à Assembleia Municipal.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que o executivo camarário solicita anualmente, à Assembleia Municipal, uma autorização genérica, para assumir compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos, com a responsabilidade de trazer a

esta Assembleia, em cada sessão da Assembleia Municipal, a listagem dos compromissos que foram assumidos ao abrigo dessa autorização genérica. São compromissos, que têm como limite noventa e nove mil euros e duração de contrato de três anos, cuja lista está anexa à proposta, que é clara, e trata-se de adjudicações de pequena dimensão e de pequeno valor, com exceção dos transportes urbanos, do verdinho, de noventa e cinco mil euros, relativamente perto do limite estabelecido na Lei, para esta autorização genérica.

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para propor aos membros da Assembleia uma alteração à ordem de trabalhos, ou seja, dos dois pontos que faltam apreciar. A primeira revisão ao orçamento da despesa e da receita não terá cabimento, se não for feita, após o ponto n.º 6, “Apreciação e deliberação da proposta de prestação de contas, relatório de gestão e proposta para aplicação de resultados referentes ao ano económico de 2013 e 1.º relatório de execução anual do plano de ajustamento financeiro (PAF), certificação legal de contas do exercício de 2013”.

Não havendo objeção por parte dos membros da Assembleia relativamente à alteração da discussão dos referidos pontos, foi alterada a Ordem de Trabalhos.

05-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIO DE GESTÃO E PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2013 E 1.º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (PAF), CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013.

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, a qual surge no seguimento da informação n.º 1136/2014 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, referindo que em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2013, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Assim desta forma propõe à Assembleia Municipal:

a) A aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano económico de 2013, conforme o disposto da alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

b) A aprovação do relatório de execução do plano de ajustamento financeiro (PAF), conforme decorre do disposto do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março e do disposto no n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 43/2013, de 21 de Agosto;

c) A aprovação da proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão;

O senhor **Presidente da Câmara** interveio dizendo que o executivo coloca à consideração da Assembleia Municipal, para discussão e deliberação, a prestação de contas do ano de 2013. Afirmou que 2013 foi um ano excecional da execução financeira do Município de Lamego, por se ter tido a oportunidade de estabelecer um plano de saneamento financeiro ao abrigo do Plano de Apoio à Economia Local, o plano de regularização de dívidas a fornecedores, que o governo estabeleceu para as autarquias, utilizando um conjunto de verbas provenientes dum empréstimo da tróica à Republica Portuguesa. Referiu que face à carência de financiamento que os mercados financeiros, durante algum tempo, impuseram à atividade económica em geral, às empresas, às famílias e às autarquias, com acumulação de dívidas a fornecedores, dívida de curto prazo, que durava algum tempo e que necessitava de saldar.

Com o PAEL o empréstimo de saneamento financeiro foi possível liquidar cerca de quinze milhões de euros de dívida a fornecedores, colocando esta a zeros, ou seja, a dívida vencida a mais de noventa dias, o que significou duas coisas: uma que o prazo médio de pagamento deste Município foi recolocado em prazos adequados e segundo que houve uma execução financeira acima daquilo que era normal, uma vez que os quinze milhões de euros de dívida a fornecedores, foram integralmente liquidados e passaram para dívida de médio e longo prazo. Daí que tenha havido um incremento da dívida de médio e longo prazo e uma redução da dívida de curto prazo.

Afirmou que o orçamento que foi executado correspondeu às expetativas orçamentais com a execução que se refere agora, que está devidamente traduzida num novo anexo contido no relatório. Por força do PAEL é obrigatório apresentar trimestralmente um relatório de execução, quer das medidas próprias do PAEL, quer da execução orçamental, ou seja garantir que a execução orçamental segue o plano previamente definido, que foi apresentado ao governo e à instituição bancária, que acompanhou o saneamento financeiro da Caixa Geral de Depósitos e ao Tribunal de Contas. Declarou que o Relatório é bastante claro, sendo mais fácil de interpretar do que a própria Conta de Gerência do Município, que está, também, ao dispor dos membros da Assembleia, como um elemento complementar de informação financeira.

Interveio a senhora **Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima** dizendo que, quando da análise do Relatório de Contas de 2013, três questões ressaltam: primeiro, no que diz respeito à evolução dos juros, o pagamento dos encargos reportados a juros,

sofreu um enorme aumento, na ordem dos 172%. Esta situação não isenta os lamecenses das suas efetivas sequelas, no sentido negativo, inclusive no prejuízo dos serviços sociais prestados às populações, prejuízo que todos terão que pagar. Segundo ponto, que se refere ao aumento da receita tributária, no valor de cinquenta mil euros, na carga de impostos, confirmando a validade do partido Socialista, que está na proposta de redução das percentagens, sobre este tipo de impostos. De forma óbvia, o esforço financeiro dos lamecenses, pelo peso que esta carga tributária exerce sobre todos que já passam dificuldades, sem se alterar da situação nacional, da diminuição dos ordenados e da permanente austeridade. Terceiro, que tem a ver com o índice da dívida a terceiros, nomeadamente na significação do seu valor. Há que atender ao facto, se os montantes em dívida e gastos se coadunam com os pressupostos investimentos que subjazem, tendo em conta a melhoria efetiva da qualidade de vida dos lamecenses e à rentabilização social, disso mesmo.

Referiu uma citação do pensador Agostinho da Silva: *“Perante tempos turbulentos, não há que enjoar, há que olhar o horizonte, mas não quer dizer que não se tenha uma visão do futuro”*

Face aos efeitos da situação financeira do Município, antevê difíceis e acrescidas responsabilidades económicas e, aproveitando o espírito e os 40 anos de Abril, indo de encontro às palavras dum histórico PSD *“não há liberdade, sem responsabilidade, não há liberdade sem solidariedade, não há liberdade sem políticas sociais”*

Tomou a palavra o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, dizendo que recorrentemente, nas análises que o partido Socialista faz aos Relatórios de Conta e Gestão dos anos anteriores, vem manifestando uma posição de natureza global e política, que é de distanciamento entre o partido Socialista e a coligação “Todos Juntos Por Lamego”, em relação às opções tomadas por este executivo. Tem-no mantido não desde ontem, nem do ano passado, mas desde que é oposição. Desde 2005 que o rumo que o Município de Lamego estava a tomar, seria um rumo, do ponto de vista da sustentabilidade, que se iria tornar, com alguma brevidade, absolutamente suicidário. Hoje tem-se a prova disso no relatório e Gestão de Contas de 2013 e naquilo que vai ser no ano de 2014. É claro que as questões não são, exclusivamente, de propositura política, no antagonismo que divide o partido Socialista da coligação. Já aqui foi referido, por muitos membros do partido Socialista, o que os distancia em relação às prioridades, ao plano de investimentos, à forma como se prevê e propõe um projeto de desenvolvimento para a cidade e Concelho de Lamego, que curiosamente, tem os perversos resultados que o senhor Presidente da Câmara que manifesta. O senhor Presidente da Câmara defende que há uma melhoria, quando a maior parte dos cidadãos sentem que há uma depreciação do património, não há dúvidas desta

interpretação. Por exemplo, o projeto do Eixo Barroco é um cruel lesa património, já escreveu sobre isto, está fundamentado. Por isso os resultados são os que são. O senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que não teve problema nenhum em chegar à parte alta da cidade, mas ele teve grandes dificuldades, pois vive nesta cidade, vive exatamente no cerne da questão, sente-a verdadeiramente. Concorde quando o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura disse que é intenso o tráfego rodoviário ao princípio da manhã, ao princípio da tarde e ao fim da tarde, problemas graves de circulação e escoamento de trânsito rodoviário. Pasma quando o senhor Presidente da Câmara diz para se usarem as alternativas. O senhor Presidente da Câmara deveria ter, primeiro, considerado as alternativas, nomeadamente em relação à variante, que o partido Socialista sempre defendeu, para depois ir aos aspetos mais internos, de desenvolvimento e de requalificação do Centro Histórico urbano.

Declarou que o senhor Presidente da Câmara enfatiza, já no relatório sobre as contas, fazendo um tipo de consideração, que inclusivamente, vai no sentido das suas declarações de voto, quando da votação em sede de executivo, referindo um conjunto de dados propositadamente confusos, para lançar a confusão. O senhor Presidente declara coisas que ou não correspondem à verdade ou estão a ser propositadamente melosas para levar as pessoas a pensar que são como ele diz, o que é falso.

De seguida, pediu aos membros da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, quando vêm aqui citar números relativos a dados que apresenta, que os fundamenta, não digam que não sabem, não se lembram, mas que o Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, quando os refere, não tem razão

Quando o senhor Presidente da Câmara se refere às dívidas de 2005, o que gosta de fazer, fala em treze milhões de dívidas, dizendo que, agora, vai ter mais ou menos o mesmo rácio. Disse ao senhor Presidente da Câmara que não é verdade, porque segundo a PriceWaterHouseCoopers & Associados, que foi quem veio ver a situação financeira da Câmara de Lamego, em 2005, nesse processo dizia-se o seguinte, na sua página 62: *“A 31 de Outubro do ano de 2005, a dívida bancária era de quatro milhões, setecentos e vinte e três mil e setecentos e oitenta e oito euros”*. A conta de gerência de 2005, no fecho de contas que corresponde ao mandato de 2005, tinha a conta de quatro milhões, setecentos e vinte e três mil e setecentos e vinte e cinco euros de dívida bancária. Ora na conta de gerência de 2013, com o Plano de Apoio à Economia Local, existem vinte e seis milhões, cento e noventa e seis mil e cento cinquenta e cinco euros. Está a falar duma realidade diferente da relatada pelo senhor Presidente da Câmara. Disse mais, que as dívidas a fornecedores, segundo a

PriceWaterHouseCoopers & Associados, na página 92, diz claramente seis milhões, trezentos e setenta e dois mil euros. Isto em 31 de Outubro e com a conta de gerência de quatro milhões e seiscentos e vinte e um mil euros, a conta de gerência de 2013 tem um decréscimo de dois milhões, trezentos e setenta e oito mil euros. Ainda hoje, na informação financeira que o senhor Presidente da Câmara apresentou, se verifica que a dívida a fornecedores está nos três milhões e quatro mil e setecentos e sessenta e cinco euros. Continuando a este ritmo, a nível de pagamento, com o subterfúgio de que é para resolver o problema, por via da ação dos pagamentos a noventa dias, disse ao senhor Presidente da Câmara que o valor que ali está são três milhões cento e noventa quatro mil euros. Afirmou que já se nota aqui um aumento substantivo e, a caminhar assim, chegar-se-á ao fim deste ano com dívidas a fornecedores acumuladas em mais de cinco milhões de euros. Como se vê o Município de Lamego está muito pior, em termos absolutos e relativos. Realçou que a PriceWaterHouseCoopers & Associados disse que os compromissos assumidos para o exercício, e para os exercícios futuros, são de oito milhões, cento e um mil euros na conta de gerência de 2005, e cifram-se em nove milhões, quinhentos e trinta mil euros na conta de gerência de 201; são cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil euros, o que é muito mais. Referiu que na informação financeira hoje apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, estão lá inscritos dezasseis milhões, trinta e dois mil e trinta e oito euros, que são documentos oriundos do Município de Lamego. Mais disse que, quando se fala nas questões de dívidas e nas análises que têm que fazer, há só se deve comparar o que é comparável, não misturando as coisas, como faz o senhor Presidente da Câmara, juntando a dívida a fornecedores com os empréstimos bancários, para depois fazer a comparação em relação às dívidas a fornecedores, como se os empréstimos bancários não venham a onerar essa relação. Ou seja, para comparar os treze milhões, deveria dizer que hoje a dívida, no Município de Lamego é de vinte e oito milhões de euros. Disse que, a percentagem dos serviços da dívida, em relação às receitas que o Município tem tido, com exceção dos empréstimos bancários, era, em 2005, na sua totalidade, da ordem dos 4%, em 2012 era de 9% e em 2013 é de 15%. Vai diminuir, se tudo correr bem, em 2014. Já em relação ao serviço da dívida, referiu que quando se fala só nos números e nos encargos dessa dívida, além

das despesas correntes, temos que conhecer os passivos financeiros, as despesas de amortizações e as despesas de capital, que estão nos empréstimos de longo prazo. Deveremos somar tudo porque tudo é serviço de dívida, assim em 2005 tinha-se seiscentos e setenta e nove mil e novecentos e quarenta e oito euros, em 2012 tinham-se dois milhões, cento e sessenta mil e trezentos e dois euros. Em 2013 tinha-se três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos euros. Para 2014 teremos três milhões e quatrocentos mil euros.

Levantou depois três questões ao senhor Presidente da Câmara: Tendo o senhor Presidente da Câmara conhecimento da Lamego ConVida, porque é o seu Presidente, tem toda a influência e sabe o que se passa com a Lamego Renova e, tendo acesso a todos os documentos, porque razão, neste relatório, não vêm consolidadas as contas. Pediu a fundamentação e explicação sob o ponto de vista legal. Por que razão não consolidou as contas, quando elas podiam e deviam ter sido consolidadas. Perguntou ainda quanto é que a Lamego ConVida detém da Lamego Renova, questionando ainda qual é a dívida ou o passivo, na sua totalidade, que a Lamego ConVida tem na Lamego Renova. O senhor Presidente da Câmara só não explicará se não quiser.

O senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** usou da palavra dizendo que senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro tentou confundir o senhor Presidente da Câmara, pois, também ele ficou confuso com tantos números apresentados. Mas, numa linguagem mais acessível e comum, disse que em 2005 este executivo herdou uma dívida de cerca de doze milhões de euros, com investimento “zero”. Quando havia necessidade de fazer pequenas obras, contraiam-se empréstimos sobre empréstimos, que, na altura, a Lei das Finanças Locais permitia. Quanto a Fundos Comunitários os executivos socialistas aproveitaram “zero”. Atualmente, após oito anos de exercício da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, fez-se o investimento global de cem milhões de euros, teve ajudas comunitárias de mais de quarenta e cinco milhões de euros, sendo evidente que, para o investimento deste montante, era necessário contrair dívidas, na ordem dos vinte e seis milhões de euros, que, para este investimento, não é uma dívida em demasia. Compreende que custe ao partido Socialista ver as obras que foram e estão a ser feitas na cidade e concelho, porque, em dezasseis anos de gestão socialista, as obras foram,

praticamente, nenhuma. Houve um pavilhão da “esquina”, que este executivo continua a pagar até ao ano de 2030, que funciona com muitas limitações. Afirmo ainda que todos os números lançados pelo senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, foram apenas para confundir toda a Assembleia.

Lembrou que amanhã se celebra o dia da democracia, e o povo do concelho, na sua esmagadora maioria, votou no projeto da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que cumprirá o trajeto de desenvolvimento que traçou para resolver os problemas do Concelho de Lamego.

Pediu a palavra o senhor **Victor Manuel da Costa Pereira Rodrigues** para recordar que estamos a poucas horas de se comemorar o dia da liberdade, da democracia, com que o Movimento das Forças Armadas, em 1974, presenteou os portugueses. É disto que se trata, a liberdade. A democracia diz-nos que a liberdade de expressão tem o seu expoente máximo na Assembleia Municipal, onde todos podemos analisar e ver o relatório da prestação de contas do ano de 2013, tirando ilações. Cada um pode manifestar a sua opinião livremente. É isto a democracia. Todavia, apesar deste relatório e prestação de contas retratarem números que são números, independentemente disto, estes números têm a sua leitura de acordo com as opções políticas de cada um. A coligação “Todos Juntos Por Lamego” ouviu, com atenção, as palavras proferidas pelos membros do grupo municipal do partido Socialista e registou as suas opiniões e reflexões. Só que a coligação “Todos Juntos Por Lamego”, também interpreta, olha e verifica, com satisfação e orgulho, que o Município de Lamego está no bom caminho, está e continuará a estar, contribuindo para o bem-estar dos lamecenses e de todos os que visitam Lamego. Confirmamos que existe endividamento, mas existe, e existiu, muito investimento, cerca de cem milhões de euros, situação que está praticamente revertida. Afirmou que, em pouco tempo, poder-se-á estar ao nível do que se estava em 2005. Pode-se dizer que nos últimos anos o bem-estar dos lamecenses melhorou bastante, a diferença é abissal, é da noite para o dia, nos últimos nove anos.

Dirigindo-se à senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, em espírito de abril, rebateu alguns dos pontos da sua intervenção. Assim, quando refere que existem claros prejuízos no sector social, dizendo ela que não há liberdade sem responsabilidade social e não há liberdade sem respostas sociais. Afirmou-lhe que o Município de Lamego implementou o incentivo à natalidade, o chamado o projeto

“Enxoval Bebé”, o fundo de solidariedade social para a habitação, o tarifário social, o web social, fez o levantamento dos idosos nas freguesias, para avaliar os seus riscos, criou o passe sénior Lamego ConVida, criou o projeto contrato local desenvolvimento social C+, tem permanentemente o auxílio económico àqueles que mais necessitam, tem promovido ações, nomeadamente, de valências do género, concebe bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, ajuda e apoia à consulta centralizada de toxicoddependência, colabora com a rede nacional de cuidados continuados integrados. Diz, com isto, à senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, que caiem por terra todas as afirmações por ela proferidas, no que respeita à vertente social. Assim, espera que todos os membros desta Assembleia votem favoravelmente, o Relatório de Gestão e Prestação de contas de 2013.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dirigindo-se à senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, que colocou a questão do aumento dos juros, dizendo-lhe que ser evidente que dívidas significam mais juros. O que é necessário é ter capacidade para os pagar, honrando os compromissos do Município, sem ter necessidade de chamar a troika, como aconteceu ao nível governamental. O País foi afetado pela falta de crédito da República, que não é o caso do Município de Lamego, que sempre teve, durante este período, instituições bancárias disponíveis para o financiar, que é traduzido no saneamento financeiro que a Caixa Geral de Depósitos concedeu num empréstimo do saneamento financeiro. Quanto ao aumento da receita tributária em cinquenta mil euros, pedindo desculpa à senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, disse que não discutia minudências, porque a tributação municipal é sobre o património, é sobre os serviços prestados pelo Município, nomeadamente de licenciamentos municipais. Disse que a tributação municipal afeta, apenas e só, aqueles que têm património.

Disse não concordar com a terceira questão da senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, relativa às políticas sociais. Só se pede mais aos que têm mais, dando aos que têm menos. A nível de políticas sociais, desde a educação ao desporto, à natalidade, à habitação social, relembrando o reforço do quadro de funcionários da Câmara com uma equipa polivalente, que está no terreno com as associações e coletividades, o apoio às obras sociais de todas as IPSS'S do Concelho de Lamego, fornecimento de refeições gratuitas às crianças que precisam até ao enxoval bebé. Nada do que o Município faz, teve alguma vez no passado, com outros executivos, algo de semelhante. Orgulha-se muito do trabalho que foi e está a ser feito em termos sociais, apesar de se continuar a canalizar grande parte do esforço financeiro para

investir em infra-estruturas e obras públicas. A componente material tem sido acentuada e acarinhada pelos executivos municipais liderados pela coligação.

Quanto às questões colocadas pelo senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, disse-lhe que está errado, que os seus números estão errados, já não sabendo que mais dizer. O senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro esqueceu-se, convenientemente, das faturas referidas no relatório da PriceWaterHouseCoopers & Associados, que, na gestão socialista do município, estavam guardadas na gaveta. Mas tem que as somar aos quatro milhões e oitocentos e vinte mil euros da dívida à banca e aos seis milhões e trezentos mil euros de dívidas a fornecedores. Tem que somar as faturas que estavam na gaveta, e se o fizer, então as contas do senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro baterão certas com as do Presidente da Câmara de Lamego, que são de doze milhões e cem mil euros. Disse que a dívida atual a fornecedores, referida pelo senhor Agostinho de Paiva Ribeiro, também está errada, pois não há faturas em conferência, porque são registadas na Contabilidade, não estão na gaveta. Se não estivessem registadas o senhor Agostinho de Paiva Ribeiro não tinha acesso à informação. Disse que está a decorrer o prazo de vencimento de algumas faturas, haverão de ser pagas antes dos noventa dias ou quando tiverem que ser, sem que isso afete o plano global. Afirmou não ter dúvidas que hoje o Município de Lamego tem mais compromissos que em 2005, é evidente pois faz-se mais obra e há mais atividade social. Por isso, o senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro não pode comparar o que se faz hoje, com o que se fez em 2005. Em 2005 não havia piscinas, não havia teatro, não havia a Sénior ConVida, não havia espaço internet, não havia habitação social, não havia refeições escolares gratuitas, não havia prolongamento de horários, não havia nada, não havia despesa e o dinheiro que se gastava, era dinheiro deitado fora. Disse ao senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro que não tivesse qualquer problema se os compromissos financeiros são hoje de dezasseis milhões de euros e em 2005 eram de oito milhões de euros e, mesmo para estes a justificação do seu gasto é, seguramente, discutível.

Quanto á questão de não estarem consolidadas as contas da Lamego ConVida nas contas da Câmara, disse que a Lamego ConVida, como empresa municipal, e a Lamego Renova, como sociedade anónima, apresentam contas até ao final de maio, pelo que não se pode integrar. O governo sabe isso há

anos. Se ainda não alterou a Lei é por entender que está bem assim. Não se pode alterar uma subsidiária, que tem órgãos próprios para reunir e aprovar as contas, antes da Câmara municipal, pelo que a incorporação das contas na Câmara será feita posteriormente, quando as contas da Lamego ConVida forem remetidas à Câmara, o que poderá acontecer no início de junho. Relativamente à Lamego Renova, a percentagem do capital social obtido pela Lamego ConVida na Lamego Renova, continua a ser de 49%. Em relação à dívida da Lamego ConVida, o senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, pessoa com muita experiência política e argumenta bem, quer contradizer o seu argumento de redução da dívida, que está no quadro da página 20. Ora, os membros da Assembleia têm dois documentos, um é a prestação de contas e o outro o relatório de contas, e anexo ao relatório de contas, está o relatório do Plano de Apoio à Economia Local ou do PAF – plano de ajustamento financeiro, para ser usada a terminologia da encrenca em que o governo socialista meteu o País no plano de resgate. Recomendou aos membros da Assembleia para consultar a página 20, onde está a lista dos empréstimos da Câmara. Serviu-se da lista de empréstimos para responder ao senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e à senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, quando questionaram se esta dívida teria retoma em qualidade de vida e a impreparação do Município de Lamego para responder a outros desafios. Ao primeiro Ribeiro disse que está na referida página 20 o capital em dívida em 31 de dezembro, será de vinte e três milhões, em 2015 será de vinte milhões, em 2016 será de 18 milhões e em 2018 será de treze milhões. Ou seja, o objetivo da coligação é terminar a sua gestão de doze anos com mais de cem milhões de euros de investimentos e uma dívida global similar à dos executivos socialistas em 31 de outubro de 2005. Respondendo à segunda convidou-a a consultar a lista de empréstimos, fazendo uma análise crítica dos empréstimos e dizendo quais eram os que se deviam ter suprimido. Não se devia ter contraído o empréstimo para a requalificação do Teatro Ribeiro Conceição? Talvez o Pavilhão Álvaro Magalhães, que foi o executivo socialista que fez e este executivo está a pagar? Saneamento, não fica bem em pleno século XXI não fazer saneamento, mesmo que seja necessário o empréstimo. Investimentos diversos, estão a acabar os pagamentos dos empréstimos, para as intempéries de 2011, uns muritos caídos, uns jeitos aos Presidentes de Juntas, dava sempre algum jeito. O aterro sanitário? Os Centros Escolares? a senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima é professora, trabalha num colégio de

referência, não investir na educação não seria opção. As piscinas? A Escola de Hotelaria? Mais danos nas infra-estruturas, mais infra-estruturas, mais cheias, mais derrubes de muros; isto são coisas do partido Socialista. A Habitação social? Referiu preocupações sociais, vamos deixar na rua os que não têm casa, os que perderam o emprego, os que não têm para uma renda e necessitam de recorrer à renda apoiada, ou estão na mobilidade. Deixar as estradas como estavam não lhe parece sensato.

Os senhores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Ângelo Manuel Moura queixaram-se da funcionalidade de trânsito nas Avenidas Dr. Alfredo de Sousa e Visconde Guedes Teixeira. Disse-lhes que antes das obras do Eixo Barroco, muitas vezes o trânsito parava, já na saída da A24, a Avenida Egas Moniz não funcionava, agora o trânsito não para na A24, pode-se parar um pouco na Rua Cardoso Avelino, mas depois, o trânsito anda e flui. A recuperação da estrada n.º 226, a nacional n.º 2 até Penude, a Avenida Defensores do Douro, a Avenida 5 de Outubro e Todo um conjunto de investimentos feitos, perguntando-lhes se iriam suprimir estes investimentos. Falou ainda de outros investimentos que não foram feitos e deveriam ser feitos: a nova Biblioteca Municipal, anseio de muitos anos, não se vai fazer, a requalificação do Escadório, já referida, a Central de Camionagem, o Museu do Entrudo, o Pavilhão de Penude ou a tal regeneração urbana que é necessário fazer, na cidade e nas freguesias, nomeadamente em Cambres e em Britiande, que são os aglomerados urbanos mais robustos fora da sede do Concelho. Põe sempre as coisas numa perspetiva positiva e ambiciosa, que é de que há sempre mais coisas para fazer. O que se fez, fez muito bem, há condições de pagar e vai-se pagar, pois há mais futuro. Continuamos a ter capacidade para investir, para fazer obra e para pagar os compromissos, reduzindo-se a dívida. Se em 2017 ou 2018, tivermos que somar oito ou nove milhões de euros de dívida da Lamego ConVida e da Lamego Renova a este mapa, mesmo assim as contas terão sido largamente positivas, por representarem mais de uma centena de milhões de euros de investimento no concelho de Lamego, num esforço financeiro evidente, reportado nas contas, que está completamente ao alcance do Município de Lamego, porque as grandes despesas não estão nos investimentos, mas sim no dia-a-dia, na água, no saneamento, nos resíduos, nos transportes escolares, em despesas que são assumidas direta e imediatamente pela Câmara e que não tem a contrapartida que deviam ter do Orçamento do Estado. Por isso, pede aos membros da Assembleia que não tenham qualquer receio em aprovar as contas apresentadas. Estas para além de refletirem de forma clara e transparente a situação financeira do município, traduzem um modelo de gestão de extremo rigor, que teve, apenas e só, como prejuízo o ter sido ambicioso na defesa de projetos de interesse para o desenvolvimento futuro de Lamego.

Pediu a palavra a senhora **Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima** que se dirigiu aos membros da Assembleia Municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego”, para, não partidizando a situação, não concordar com o que foi dito, pois o partido Socialista fez muita obra visível no Concelho, por ação dos seus antigos executivos.

Em relação aos números que o senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa falou, são questões de facto, os números estão lá, foram bem analisados pelo senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, não são juízos de valor. Por outro lado acatou as suas opiniões, que diz existir endividamento, mas que a situação irá ficar revertida. Existe endividamento, mas a única questão que colocou foi se estes níveis de endividamento gritantes, se repercutiram na melhoria da qualidade de vida. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, quando a maioria do endividamento foi feito em edificações e obras megalómanas, e, se os membros da coligação “Todos Juntos Por Lamego” pararem e ouvirem a voz dos munícipes, ninguém concordará que se repercutam no melhoramento da qualidade vida de todos. Não viu ainda efeitos imediatos na qualidade de vida que o Pavilhão Multiusos trouxe a si e aos lamecenses. Só lhes trouxe um grande buraco financeiro e que, para este Concelho, nada mais trouxe.

Imbuída pelo espírito do 25 de Abril, concorda com as palavras do senhor Presidente da Câmara, e tem que aceitar a liberdade de expressão, mas não concorda, pois tem liberdade de não concordar com a escolha política do senhor Presidente da Câmara.

Quanto às obras do Eixo Barroco, que do seu ponto de vista infernizou a vida e o livre-trânsito de todos os lamecenses, não só de pessoas, sendo muito importantes as pessoas primeiro, é também importante o livre-trânsito de mercadorias, que também trazem mais-valias, do ponto de vista financeiro para o Concelho de Lamego. Disse ao senhor Presidente da Câmara para ouvir os comerciantes e as pessoas na rua, e concluirá que ninguém concorda com a obra do Eixo Barroco.

Em relação às determinações do senhor Presidente da Câmara, quando lhe apontou as questões de solidariedade social, política social, subir os impostos, que é uma questão prioritária para o senhor Presidente da Câmara, disse que os impostos servem para sacar dinheiro dos bolsos dos lamecenses. Pois em Lamego já se vivem situações gritantes de pobreza. Lançou o repto ao senhor Presidente da Câmara para passar pelo centro da cidade, verá pessoas a irem aos caixotes do lixo, perguntando-lhe se conhece o índice de pobreza e de desemprego que se vive, neste momento, no Concelho de Lamego, que são questões de somenos importância para o senhor Presidente da Câmara.

Usou da Palavra o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, afirmando que o senhor Presidente da Câmara, andou às voltas tentando confundir mais uma vez, mas não sabe se confundiu. O senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa também

apresenta números muito baralhados, situação que parece ser do agrado do senhor Presidente da Câmara. Ficou estupefacto quando ouviu dizer ao senhor Presidente da Câmara querer honrar os compromissos sem ter que chamar a troika. Mas o senhor Presidente da Câmara já a chamou por duas vezes, já teve dois planos de saneamento financeiro, precisamente por causa da insustentabilidade financeira do Município, que já entrou por duas vezes em insustentabilidade. Disse-lhe que se fizer uma comparação em relação aos índices do deficit público do Município, verificava que estava pior que a Grécia, Disse que as contas da PriceWaterHouseCoopers & Associados, afinal, estão erradas, mas a conta de gerência feita pelo executivo, também estão erradas. Quem faz a comparação com 2005 é o senhor Presidente da Câmara, que a utiliza sistematicamente a comparação de natureza política, fazendo crer que os executivos do partido Socialista nada fizeram, quando sabe que fizeram. Sabe as obras feitas, estão enterradas, num tempo com outras exigências e necessidades, que não as de agora, que tinham a ver com o saneamento básico. Foi a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro a apresentar uma sustentabilidade, dizendo que o Município de Lamego tinha cerca de 90% de saneamento básico, ficando um problema estrutural de 10% para resolver. Verifica que oito anos de exercício do atual Presidente da Câmara ainda não estão resolvidos. Como pode falar duma coisa que ainda não fez desde há nove anos e agora insiste que a culpa ainda é do partido Socialista, porque não fez esses 10% e que poderia tê-lo feito. O senhor Presidente da Câmara deveria ter alterado as prioridades, pois se considera isso um problema grave, avançava primeiro com saneamento básico, porque o partido Socialista, em termos de estratégia, sempre alterou as suas prioridades.

Quanto à consolidação das contas da Lamego ConVida, há coisas que o levam a ficar surpreendido, sendo a resposta dada a desculpa mais esfarrapada que há - a empresa subsidiária impõe um calendário para que a empresa matriz não faça a consolidação das contas. O Município de Lamego tem ascendência sobre a Lamego ConVida, pode mandar, porque são os membros do executivo e o senhor Presidente da Câmara que têm essa ascendência, até porque este é o Presidente do Conselho de Administração da Lamego ConVida. Lembra a história do gato escondido com o rabo de fora, pois basta que o Conselho de Administração queira e que o senhor Presidente da Câmara queira para as poder consolidar.

No que concerne à pergunta dos 49%, não a fez inocentemente ao senhor Presidente da Câmara para que ficasse registado em ata, até fica satisfeito com isso. Afirmou que em 24 de abril de 2014 o Município ainda só tinha 49%, o que significa que aquela deliberação da compra de ações que poderia fazer da Lamego ConVida à Lamego Renova, nada ficou concluído, estando-se num negócio completamente esgotado, e

não se vai ter nem mais um cêntimo em termos da responsabilidade, que não seja a que traduz 49% da responsabilidade do Município na Lamego Renova.

Referindo-se ao Pavilhão Álvaro Magalhães, que o senhor Presidente da Câmara apelida como da esquina, disse que é o único que está a funcionar. Contrariando o senhor Constantino José da Costa Vaz disse-lhe que o Teatro Ribeiro Conceição foi uma obra do partido Socialista até ao auto de conciliação, que depois o atual Presidente da Câmara muito bem executou. Aludindo à frase de que o atual executivo está ainda a pagar o Pavilhão Álvaro Magalhães, espanta-se que se preocupam com algumas centenas de milhares de euros, numa obra que veio de trás e não se preocupam com os vinte e seis milhões de euros de dívidas que deixarão para as gerações futuras. Não é assim que se faz política.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para, de uma vez por todas, dizer que se ponha um ponto final no que são as “nossas” obras e o que são as dos outros. Declarou que a única obra estruturante e sustentável do Município, é a Escola de Hotelaria do Douro, que foi obra do partido Socialista. Outras são as que este executivo e os que o antecederam, dirigidas pelo atual Presidente da Câmara, realizou com o aplauso do partido Socialista. O Teatro Ribeiro Conceição é uma delas e foi logo a primeira. Outras obras, resultantes de outras opções, não merecem, desde a primeira hora, a concordância do grupo municipal do partido Socialista, que não pode, nunca, resolver todos os problemas, havendo que encontrar um equilíbrio entre os meios sustentáveis e as necessidades. Só assim se faz uma boa gestão dos recursos financeiros. Não é o caso deste Município, pois o seu Presidente de Câmara tem uma ambição de que a sua capacidade de execução é maior que a que é comportável pelo Município. Quando o senhor Presidente, no fim deste mandato, se for embora, a responsabilidade da dívida será de quem cá fica.

A sessão de hoje da Assembleia é uma sessão que se destina a discutir números. Efetivamente a Conta de Gerência plasma as opções políticas, que dividem o partido socialista e a coligação “Todos Juntos Por Lamego, que são diferentes. Mas há uma opção que tem a ver com a consolidação das contas. A engenharia financeira levou à criação da Lamego ConVida, com o objetivo de retirar a fiscalização política e financeira para a execução das obras. Mas não bastou a Lamego ConVida, ainda se criou a Lamego Renova. Disse que um dos acionistas da Lamego Renova foi declarado insolvente. Por força da Lei essas ações serão adquiridas pela sociedade Lamego Renova ou foram adquiridas por terceiros. Gostaria que o senhor Presidente confirmasse essa situação.

Falou-se nesta Assembleia do espírito de 25 de Abril, mas o espírito do 25 de Abril que move o partido Socialista, é o que movia os Capitães de abril, não é o mesmo dos que arredaram os capitães desde há três anos, em três cerimónias consecutivas.

O senhor **Constantino José da Costa Vaz** afirmou que já se viu aqui o que divide a coligação “Todos Juntos Por Lamego e o partido Socialista. A coligação “Todos Juntos Por Lamego” com Francisco Lopes, teve coragem, capacidade, ambição, pôs a cidade a mexer, que era uma pasmaceira, antes d sua chegada a Câmara. Mostrou—se estupefacto com as afirmações aqui proferidas, pois tem que discordar delas. Disse que em anos anteriores, teve muitas conversas com amigos, entre eles socialistas, que constatavam uma enorme perda de fundos comunitários nessa altura. Na parte financeira, o partido Socialista, com os acessos financeiros mais baratos que agora, em que havia fluxo de dinheiro da União Europeia para tudo, pouco financiamento entrou nos cofres da Câmara, para que se realizassem as obras de que Lamego, há anos, como as vias de acesso à cidade, construídas por este executivo. Fala agora o grupomunicipal do partido Socialista numa circular; naquela altura, não era difícil construí-la, porque havia financiamento, sendo que agora não há fundos comunitários para esse fim. Os executivos Socialistas perderam muito dinheiro para Lamego.

Comentando as dívidas, proclamadas pelo partido Socialista, explicou que cada euro diferencial de dívida, disse que há uma diferença de dívida, considerando-a à data de 31 de dezembro, de cerca de dezasseis milhões de euros, recebendo, a fundo perdido da União Europeia, não falando do apoio a alguns projetos da parte do Estado Português, aproximadamente de quarenta e cinco milhões de euros, o que por cada euro em que este executivo se endividou, recebeu da União Europeia três euros. Isto significa que qualquer empresário, que na sua empresa quando investe um euro recebe três euros a fundo perdido, não correrá riscos, que foi o que fez este Município. Lamentavelmente os executivos Socialistas não foram capazes de o fazer nos seus exercícios, com graves prejuízos para o Concelho de Lamego. Existe nesta Câmara e neste Presidente a coragem de saber investir e investir bem, está a investir em opções, agora fundamentalmente no que se chama o Eixo Barroco, que os socialistas não gostam, mas que coloca uma marca para um futuro risonho da cidade. Isto é que é Abril, que agradecemos aos Capitães de Abril que arriscaram Se os executivos liderados pelo atual Presidente da Câmara se não tivessem arriscado, Lamego estava num marasmo e sem perspectivas de futuro.

Interveio o senhor **Fernando Manuel Cardoso de Sousa** respondendo à senhora Mónica Alexandre Ferreira Lima quando disse que o partido Socialista fez muitas obras. Não elencou nenhuma, pois ele e ela também não se lembram de nenhuma.

Dirigiu-se ao senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, porque este citou os números, que vê à sua maneira, e não há maneira do senhor Presidente da Câmara, nem dos membros da coligação “Todos Juntos Por Lamego”. Mas esqueceu-se de dizer, mas convém lembrar-lhe, para além dos investimentos aqui referidos, recordou-lhe que vinte e seis milhões de euros de dívida que esta Câmara tem, doze milhões de euros foram herdados da gestão do partido Socialista, terá que se acumular esta dívida.

Relativamente às contas de Lamego ConVida, disse-lhe que uma coisa são as sociedades comerciais, como é o caso da Lamego ConVida, outra coisa é a Câmara Municipal, sociedades distintas e, por isso, a apresentação das contas é no final de Maio, e a seu tempo serão devida e legalmente apresentadas.

Disse ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura que amanhã se celebra o 40.º aniversário do 25 de Abril, uma das maiores conquistas do povo foi eleger e ser eleito, e o povo elegeu os seus legítimos representantes na Assembleia da República e é neste órgão que existe a soberania do povo, através dos órgãos representativos da Assembleia da República. A Assembleia da República é um órgão legitimado pelo povo, legitimamente eleito, para usufruir da palavra e se pronunciar em nome do povo. Aí está a legitimidade democrática, aí existe o cerne da liberdade.

O senhor **João Paulo Batalha Machado** interveio referindo-se à intervenção do senhor Constantino José da Costa Vaz, que acha ser abusiva, tentou dizer qual deve ser o “*Modos Operandi*” do partido Socialista. O partido Socialista é um partido democrático, que tem a sua ideologia, que defende o Estado Social e, portanto, disse que ficou muito mal ao senhor Constantino José da Costa Vaz imiscuir-se.

Na questão dos números o senhor Constantino José da Costa Vaz confundiu, como muitas vezes faz, cidade com o Concelho. O senhor Constantino José da Costa Vaz diz que a cidade está muito melhor, indagou se o Concelho de Lamego estará melhor? Afirmou que os números referidos pelo senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro são os números reais, que correspondem ao Concelho de Lamego, no seu todo. Disse que o grupo municipal do partido Socialista é, e será sempre, uma oposição construtiva, aceitando os números, quando eles são reais, evidentemente contradizendo, sempre que sejam inflacionados ou que resultem de engenharias financeiras.

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder à questão da senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, dizendo-lhe saber, que quando se sobem os impostos, isso mexe no bolso das pessoas. Mexe mais quanto mais as pessoas ganham e maior for a tributação. Quando a senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima invoca os pobres e os desempregados, disse-lhe que estas não são questões de somenos importância para o executivo. É uma questão de somenos importância para o executivo o que a senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira

Lima recebe a menos de IRS, ou paga a mais de IMI, pois é sinal que ela tem condições para o fazer e porque tem condições para pagar aqueles impostos. A Câmara tem que receber os seus impostos, os dele, Presidente da Câmara, e de todos os presentes, que os podem pagar, que têm, felizmente, um vencimento certo ao fim do mês, alguns até, acima da média. Assim a Câmara disporá de dinheiro para disponibilizar condições às IPSS'S, para acolhimento de idosos e para as cantinas sociais. Não há necessidade de ninguém passar fome no Município de Lamego, pois há resposta social para isso, dão-se refeições gratuitas às crianças das escolas do Concelho, há, para os idosos, programas adequados de envelhecimento ativo, há dezenas de jovens em estágios profissionais no Município e na Empresa Municipal Lamego ConVida, para adquirirem experiência para entrar no mercado de trabalho, de preferência no Concelho de Lamego, ou se lançarem noutras atividades. O Município tem muitos jovens no Castelo, porque o executivo pugnou e pugna pelo Eixo Barroco, ao contrário da senhora Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima. Informou que o Castelo teve na semana da Páscoa quatrocentos visitantes, hoje, com o Museu, a Sé Catedral, a Igreja dos Remédios, são os Ex-libris, é a base da sustentação das visitas e do turismo da cidade de Lamego. Toda esta operação de requalificação urbana, vem dignificar os mais importantes elementos da cidade. Por isso a Câmara vai buscar dinheiro a uns para dar a outros, tira aos que têm mais para aos que têm menos. Isto é solidariedade e responsabilidade social, isto é o estado social.

Respondendo ao senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, que se refere aos 90% de água e saneamento, disse que mandou colocar na ata de 12 de dezembro de 2013 a lista dos investimentos feitos na área da água e saneamento, executados pelos executivos municipais a que presidiu. Os membros do partido Socialista ignoraram, não leram essa parte da ata, por isso vai lê-la novamente, solicitando ao Presidente da Assembleia Municipal a colocação integral da lista de todos os investimentos no sector das águas e saneamento na ata desta sessão, para desmontar, dum vez por todas, esta teoria bacoca dos 90% de cobertura do Concelho de água e saneamento. Uma coisa é haver 90% de casas onde chega a água e saneamento, outra coisa é haver redes de água e saneamento com qualidade, controle e com tratamento de efluentes. De seguida passou a ler a lista de investimentos no setor das águas e saneamento, que se transcrevem na íntegra.

SANEAMENTO BÁSICO

Água:

- Barragem de Pretarouca (ATMAD)
- ETA de Pretarouca (ATMAD)

- Sistema de adutoras, reservatórios e pontos de entrega desde Pretarouca (abastecimento a Lamego, Castro Daire, Resende e Tarouca), ATMAD,
- Sistema alternativo de abastecimento a Lamego (sistema elevatório Barragem do Varosa – ETA de Penude), ATMAD e CML,
- Manutenção das redes de abastecimento de água, estações elevatórias, captações e ETA`s
- Rede de abastecimento de água na Aldeia de S. João, Almacave,
- Expansão das redes de abastecimento de água na Serra das Meadas (Associação Portas P'rá Vida) no Bairro de St. Estêvão, Estrada de Nazes, Aldeia de S. João – Quinta do Bom Pastor, Calçada da Guerra – Quinta de S. Vicente, Almacave, Calvilhe e no Largo Dr. João de Almeida, Sé,
- Renovação da rede de abastecimento de água na Rua de Almacave, Av. Regimento da Infantaria n.º 9, Rua Dr. Francisco Laranjo, Praceta Arantes e Oliveira, Rua D. João da Silva Campos Neves, Rua do Columela, Almacave,
- Execução da conduta adutora da Calçada da Guerra a Ferreiros de Avões,
- Execução da rede de abastecimento de água na Quinta de St. António (hab. Social) e na estrada da Igreja de Souto Covo – EN2, Caminho do Areal - Medelo, Almacave,
- Rede de abastecimento de água no lugar de Agra – Goiana – Sé,
- Rede de abastecimento de água nos lugares de Igreja Velha e Vila Chã – Penajóia,
- Rede de abastecimento de água no lugar de Quintela – Penude,
- Redes de abastecimento de água no lugares de Juvandes, Lanhosa e Póvoa – VNS D'El Rei,
- Rede de abastecimento de água no Lugar da Cardoso – Penude,
- Execução da conduta adutora ao Lugar de Balsemão, Sé,
- Renovação da conduta adutora e rede de distribuição dos Lugares de Vale de Macieira e Rua Nova – Alvelos, Sé,
- Renovação da rede de abastecimento da Rua da Encostinha, Sé,
- Execução das redes de abastecimento de água da rua do Desterro, Sé,
- Colocação em funcionamento da adutora para abastecimento de água ao Novo Hospital,
- Expansão das redes de abastecimento de água nos lugares da Venda do Caranguejo, Cubos, Ribelas – Magustim, Britiande,
- Expansão das redes de abastecimento de água nos lugares das Fogueiras, Igreja e ao longo da EN 226, Britiande,

- Renovação da conduta adutora Souto Covo – Penelas, Cambres,
- Expansão da rede de abastecimento de água Pontão – Mosteirô, Cambres,
- Execução da adutora de abastecimento de água Melcões – Cepões (Galvã)
- Expansão das redes de abastecimento de água no lugar da Baloita, Trigais e ao longo da EN 226, Cepões,
- Expansão das redes de abastecimento de água em Lameirão – Mós, Quinta do Poço, Loureiros, Magustim de Baixo, Sr.^a do Alívio, Rossas, Barroncal e Quelhas Falsas, Ferreirim,
- Expansão da rede de abastecimento de água para o Cimo de Vila e adutora Ribelas - Magustim, Lalim,
- Execução das redes de abastecimento de água no lugar do Outeiro – Lalim,
- Reforço do abastecimento de água ao Lugar da Sr.^a da Piedade – Lalim,
- Expansão de rede de abastecimento de água em Mazes, Lazarim,
- Expansão das redes de abastecimento de água nos lugares de Vila Nova, Outeiro, caminho da Foz, Cabaçal e Santiago, Magueija,
- Execução da adutora para abastecimento de água Meijinhos – Melcões,
- Expansão das redes de abastecimento de água em Meijinhos,
- Expansão da rede de abastecimento de água Meijinhos – Melcões e Melcões – Cepões (Galvã),
- Execução das redes de abastecimento de água em St.^a Eufémia, Parada do Bispo,
- Execução das redes de abastecimento de água EN 222 Penajóia – Samodães – Cambres,
- Expansão das redes de abastecimento de água no lugar do Bairro Alto – Vila Chã, Penajóia,
- Expansões de redes de abastecimento de água nos lugares de Vale de Ourigo, Ribeiro e Cardosa, Penude,
- Entrada em funcionamento das redes de abastecimento de água de Dornas e execução da ligação da adutora de abastecimento de água Dornas – Pretarouca
- Expansão da rede de abastecimento de água no lugar da Quintã, Sande,
- Entrada em serviço da conduta adutora Samodães – S. Gião,
- Expansão das redes de abastecimento de água do lugar da Igreja, Várzea de Abrunhais,
- Despoluição do Rio Balsemão, Ribeira do Coura e Ribeira do Cairrão,

- Elaboração do cadastro das redes de saneamento básico em Sistemas de Informação Geográfica,
- Foram realizadas mais de 16.000 análises no âmbito do Programa de Controle da Qualidade da Água,
- Acréscimo de mais de 10% do n.º de consumidores ligados aos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento (de 11.957 para 13.149 contadores)
- Substituição de mais de 6.300 contadores de água,
- Foram implantados, por administração direta, mais de 50 Km de condutas para renovação/expansão de redes de abastecimento de água,
- Reposição do abastecimento de água à Fonte do Almedina e construção dos fontanários da Rotunda Fernando Amaral e das Fontainhas, Almacave

Esgotos

- ETAR e emissários de Lamego (ATMAD),
- ETAR e emissários de Cambres (ATMAD),
- ETAR e emissários de Sande (ATMAD),
- ETAR e emissários de Magueija (ATMAD),
- ETAR e emissários de Pretarouca e Dornas (ATMAD),
- ETAR e emissários de Lalim (ATMAD),
- ETAR e emissários de Britiande e Ferreirim (ATMAD),
- ETAR e emissários de Valdigem (ATMAD),
- Manutenção das redes de saneamento, estações elevatórias e ETAR`s
- Rede de saneamento na Aldeia de S. João, Almacave,
- Expansão da rede de saneamento na Serra das Meadas (Associação Portas P`rá Vida) no Bairro de St. Estêvão, Estrada de Nazes, Aldeia de S. João – Quinta do Bom Pastor e da Calçada da Guerra – Quinta de S. Vicente, Almacave,
- Execução do coletor de saneamento na Quinta de St. António (habitação. Social) e na estrada da Igreja de Souto Covo – EN2 e Caminho do Areal - Medelo, Almacave,
- Rede de saneamento no lugar de Agra – Goiana –Sé,
- Colocação em funcionamento da rede de saneamento no Lugar do Cantudo – Sé,
- Rede de saneamento nos lugares de Igreja Velha e Vila Chã – Penajóia,
- Rede de saneamento no lugar de Quintela – Penude,

- Rede de saneamento nos lugares de Juvandes, Lanhosa e Póvoa - VNS D'El Rei,
- Emissário de saneamento Santiago – Magueija
- Rede de saneamento no Lugar da Cardoso – Penude
- Construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Juvandes, Lanhosa e Póvoa -VNS D'El Rei, Agra – Goiana – Sé, Meijinhos, Melcões, Parada do Bispo, Igreja Velha – Penajóia, Vila Chã – Penajóia, Quintela – Penude, Mazes, Lazarim e Figueira,
- Despoluição do Rio Balsemão, Ribeira do Coura e Ribeira do Cairrão,
- Foram implantados, por administração direta, mais de 20 Km de condutas para renovação/ expansão de redes de saneamento,
- Renovação do emissário de águas pluviais nas Amoreiras, Largo da Feira, Paraíso, Travessa da Acácias e Bairro de Nazes, Almacave e do “Retiro dos Passarinhos”- Av. Dr. Alfredo de Sousa, Sé,
- Expansão das redes de saneamento e águas pluviais em Calvilhe e no Largo Dr. João de Almeida, Sé,
- Execução das redes de saneamento no Lugar das Lages, Sé,
- Execução de emissário de águas pluviais no Lugar da Rina, Quinta do Vau, Lugar da Compra e Eirô, Sé,
- Execução de emissário de saneamento da Quinta da Vista Alegre e Quinta da Cónega – ETAR, Sé,
- Renovação da rede de saneamento da Rua da Encostinha, Sé,
- Execução da rede de saneamento, águas pluviais, infraestruturas eléctricas e passeios da rua do Desterro, Sé,
- Expansão das redes de saneamento nos lugares das Fogueiras, Igreja e ao longo da EN 226, Britiande,
- Execução de drenagem de águas pluviais na Variante de Cambres, Cambres,
- Execução da rede de saneamento no Lugar das Maças, Cepões,
- Expansão da rede saneamento no lugar da Baloita, Trigais e ao longo da EN 226, Cepões,
- Desativação da fossa séptica de Ferreiros de Avões,
- Expansão da rede saneamento em Lameirão – Mós, Quinta do Poço, Loureiros, Magustim de Baixo, Sr.^a do Alívio, Rossas, Barroncal e Quelhas Falsas, Ferreirim,
- Reabilitação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas, Figueira,

- Execução da rede de saneamento no lugar do Outeiro – Lalim,
- Implantação da estação elevatória de S. Bartolomeu, Lazarim,
- Expansão da rede de saneamento nos lugares de Vila Nova, Outeiro, caminho da Foz, Cabaçal, Santiago, Magueija,
- Expansão da rede e emissário de saneamento em Meijinhos,
- Expansão da rede de saneamento Meijinhos – Melções e Melções – Cepões (Galvã),
- Execução da rede de saneamento, emissário e ETAR em St.^a Eufémia, Parada do Bispo,
- Execução da rede saneamento ao longo da EN 222 Penajóia – Samodães – Cambres,
- Descativação da fossa séptica de S. Gião, Penajóia,
- Expansão da rede de saneamento no lugar do Bairro Alto – Vila Chã, Penajóia,
- Execução da rede de saneamento e desativação da fossa séptica dos lugares de Outeiro – Porto, e Penude de Baixo, Penude,
- Expansões de rede de saneamento nos lugares de Vale de Ourigo, Ribeiro, Cardosa, Penude de Baixo e Cardosa, Penude,
- Entrada em funcionamento da rede de saneamento de Dornas, Pretarouca,
- Expansão das rede de saneamento nos lugares do Bairro dos Novais e Cimo de Sande, Sande,
- Expansão da rede de saneamento do Lugar da Costa Velha – Matosa, Samodães,
- Expansão da rede de saneamento do lugar da Igreja, Várzea de Abrunhais,
- Execução de emissário de águas pluviais nos lugares do Pinto, Calçada e Póvoa, V.N. S. D`El Rei,
- Expansão da rede de saneamento para o lugar da Amoreira, Valdigem.

Quanto à Escola de Hotelaria disse ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, que esta escola não é uma obra do partido Socialista. Foi uma obra lançada pelo ministro do ambiente Telmo Correia, do governo da coligação PPD/PSD – CDS/PP. Esteve lá, é uma obra executada pela Inftur e foi ele que esteve em várias reuniões por causa daquela obra. Esteve presente na inauguração e nas reuniões da obra, juntamente com a Dra. Teresa Leal Coelho e com a Dra. Cristina Azevedo, uma administradora da Inftur, outra Vice-Presidente da CCDR-N. Não admite que digam, para além da aquisição do terreno e da intenção louvável de terem uma escola de hotelaria em Lamego, que sejam extraídas outras conclusões por parte do partido Socialista, dum projeto, em que devem estar unidos e não dividir, com questões politico/partidárias.

No que concerne à questão colocada e relativa aos acionistas da Lamego Renova, se está insolvente, desconhece, sabe, apenas, que meteu um plano de recuperação.

Quanto à questão sobre investimentos colocada pelo senhor João Paulo Batalha Machado, é também uma falácia, trazida a esta Assembleia, de que não há investimento nas freguesias rurais do Concelho de Lamego. É falso, têm-se vindo a fazer imensos investimentos nas freguesias rurais, quer diretos, quer indiretos. É um erro desvalorizar as verbas dos protocolos de delegação de competências, porque são muito significativas e porque asseguram as principais tarefas que há pela frente, como dar emprego, resolver os problemas do dia-a-dia, manter os caminhos circuláveis, os jardins limpos e os equipamentos públicos utilizáveis pela população. Tudo isto é assegurado pela Câmara, através das Juntas de Freguesias, com os protocolos de delegação, ou com os acordos de execução. Precisa-se, obviamente, de continuar a investir. Têm-se feito estes investimentos, em equipamentos, em infra-estruturas, e investimentos até em equipamentos culturais, como o Museu da Máscara de Lazarim, que estão para além do que é a dimensão específica da freguesia, mas que se justificam pela genuinidade e tipicidade das tradições culturais que estão em causa.

Deliberação: Colocada à votação a proposta foi **Aprovada**, por maioria, com vinte e três votos a favor, oito votos contra e quatro abstenções.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para fazer a seguinte declaração de voto: “ *Os membros eleitos do grupo municipal do partido Socialista, votaram contra o documento, por duas ordens de razões: por razões de ordem política, porquanto os mesmos plasmam opções políticas, com as quais não concorda. Sendo certo que, contrariamente ao que se tem procurado aqui fazer, enfim, fazer sentir, nós não estamos contra todas as obras levadas a cabo pelo executivo municipal, nomeadamente, contra aquelas que acabaram, que foram ultimadas no corrente ano de 2013, cujo documento está agora em discussão. Mas porque estamos, efetivamente, em termos de opções políticas, algumas delas, que por acaso, são as que têm maior dimensão, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro. Quais sejam o Pavilhão Multiusos e a obra do Eixo Barroco. Todas as outras ou muitas das outras, o grupo municipal do partido Socialista já se congratulou com elas e esteve ao lado do executivo municipal, na sua concretização.*

Votamos contra, também, por razões de ordem técnica e, desde logo, porque estas contas não plasmam a realidade financeira do Município de Lamego. Falta a vertente muito grande, que tem a ver com as contas da Lamego ConVida. Os termos do contrato celebrado entre o Município e a Lamego ConVida, onde a maioria ou quase todas as infra-estruturas foi transferida a responsabilidade para a Lamego ConVida. O grosso do investimento é gerido por esta empresa municipal. O executivo municipal,

deliberadamente, porque tem 100% do capital da Lamego ConVida, digo deliberadamente, não interfere na sua gestão, é verdade que as contas podem ser apresentadas até ao final de maio. Mas nunca são consolidadas, não são incorporadas, como nunca o foram nos anos transatos.

Portanto, fica de fora uma nuvem muito grande, que esta Assembleia Municipal não pode apreciar, nem pode conhecer se tem, ou não, mérito. São estas as razões que levam o grupo municipal do partido Socialista a votar contra os documentos em apreço”.

06 - ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DA 1.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação da Câmara Municipal, a qual refere que: considerando a necessidade de se proceder ao reforço de despesas, devido à prorrogação do prazo de extinção/dissolução da empresa municipal Lamego Convida, e de acordo com os mapas (Orçamento de Despesa, Orçamento da Receita, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais), propõe à Câmara Municipal que se proceda à 1.^a Revisão Orçamental da Despesa, no montante de 700.000,00€, e à 1.^a Revisão do Orçamento da Receita, com a inclusão do saldo de gerência do ano anterior, no mesmo montante.

Assim, o orçamento municipal passará de 25.750.000,00€ para 26,450.000,00€.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que o Município apresentou na conta de gerência um saldo de gerência de cerca de setecentos e seis mil euros, propondo que ele seja incorporado no orçamento do ano em causa, no montante de setecentos mil euros. Sendo essa verba afeta a prorrogação das despesas correntes da Lamego ConVida, durante mais seis meses, conforme aprovado na última sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Ou seja, propõe-se que a quase totalidade do saldo gerência, setecentos mil euros, seja integrado no orçamento para esse fim.

Deliberação: Colocada à votação a proposta foi **Aprovada** por maioria, com vinte e três votos a favor, oito votos contra e uma abstenção.

Interveio o senhor José Jorge dos Santos Tomé para fazer a seguinte declaração de voto:” *O voto da Coligação Democrática Unitária (CDU) sobre este ponto é de abstenção, porque no exercício do ano de 2013, a CDU não tinha nesta Assembleia Municipal, nenhum membro em atividade”.*

Interveio o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura para fazer a seguinte declaração de voto: “*Em coerência com a declaração de voto e com o sentido de voto no ponto anterior, o grupo municipal do partido Socialista vota contra esta aplicação de resultados. Aproveita a oportunidade para manifestar estranheza pela afetação do*

saldo da conta de gerência. De facto, a Lamego ConVida, como é conhecimento da Assembleia, foi já declarada extinta, têm-se prorrogado prazos para a sua completa dissolução, por liquidação e encerramento, Mas, ela continua estranhamente a manter vida ativa. Portanto, estamos de defunto a gerir a sua própria herança, com valores já orçamentados e atribuídos, ainda vimos agora reforçar esta verba. São motivos que o preocupam e levam que votarmos contra esta proposta da 1.ª revisão”.

Questionado o público presente se pretendia intervir, não houve qualquer inscrição.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para encerrar a sessão, convidando todos os membros da Assembleia para a sessão solene comemorativa do 40.º aniversário do 25 de abril, que amanhã se realiza.

07-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

Deliberado:

08-ASSUNTO: TERMO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às dezassete horas e vinte e cinco minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico